

Feminismo crítico nos Arquivos¹

Marika CIFOR²
Stacy WOOD³

Tradução:
Patrícia Ladeira Penna MACÊDO⁴
Karla Simone Willemann SCHUTZ⁵
Priscila Rosa MARTINS⁶
Jacqueline de Araújo CUNHA⁷



Submetido em: 10/09/2025

Aceito em: 19/12/2025

Publicado em: 30/12/2025

¹ Artigo traduzido do original: CIFOR, Marika; WOOD, Stacy. Critical Feminism in the Archives. **Journal of Critical Library and Information Studies**, Sacramento, CA, v. 1, n. 2, p. 1-27, 2017. DOI: 10.24242/jclis.v1i2.27. Disponível em: <https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/27>. Acesso em: 15 set. 2025.

² Doutora em estudos da informação pela Universidade da Califórnia, Los Angeles. Professora associada na Escola de Informação da Universidade de Washington e professora adjunta no programa de Estudos de Gênero, Mulheres e Sexualidade. E-mail: mcifor@uw.edu

³ Doutora em estudos da informação pela Universidade da Califórnia, Los Angeles. Diretora de Pesquisa e Programas do Centro de Estudos Críticos da Internet da Universidade da Califórnia. Email: swood@c2i2.ucla.edu.

⁴ Doutora em Ciência da Informação (UFF) e docente do Departamento de Ciência da Informação UFRN.

⁵ Doutora em História (UDESC).

⁶ Doutora em Ciência da Informação (UFSC) e pesquisadora na Fundação Catarinense de Cultura.

⁷ Doutora em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ) e docente do Departamento de Ciência da Informação UFRN.

RESUMO

Por meio da historiografia feminista, este artigo examina algumas das inúmeras maneiras pelas quais a práxis feminista tem pressionado, desafiado, enriquecido, desmantelado, assimilado ou, de outras formas, impactado a teoria e a prática arquivísticas. Afirmamos que a teoria e a prática arquivísticas ainda não se engajaram plenamente com uma práxis feminista que visa mais do que obter melhor representação das mulheres nos arquivos. Iniciamos este trabalho traçando os caminhos pelos quais os arquivos se entrelaçaram com os movimentos sociais feministas, sendo compreendidos como ferramentas críticas e modos de autorrepresentação e autohistoricização. Na segunda seção, examinamos a presença explícita da teoria feminista na literatura da Arquivologia e na prática contemporânea, bem como os principais focos e argumentos que têm desafiado compreensões tradicionais do trabalho arquivístico em relação aos estudos de gênero. Em seguida, na terceira seção, ampliamos leitura sobre arquivos com base na literatura das Ciências Humanas e Sociais. Este artigo contribui de maneira significativa para refletir sobre como essas discussões, no contexto da virada arquivística, podem, em seu melhor, revelar pontos cegos na literatura arquivística e nos oferecer ferramentas teóricas para questionar aquilo que tomamos como certo. Por fim, propomos maneiras pelas quais compreendemos que a teoria feminista crítica e interseccional pode contribuir para o discurso e a prática arquivística existentes, ao criticar conceitos que têm permanecido inquestionáveis, como comunidade e organização. Este texto revela o potencial transformador do feminismo para os arquivos e dos arquivos para o desmantelamento do patriarcado heteronormativo, capitalista e racista.

Palavras-chave: arquivos; feminismo; teoria crítica.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo oferece uma análise reflexiva do feminismo crítico no campo arquivístico. Argumentamos que desafios contemporâneos específicos na pesquisa, na prática e no profissionalismo arquivísticos podem se beneficiar de uma consideração séria da práxis feminista. Muitas intervenções da teoria feminista nos arquivos têm se concentrado na representação e no desenvolvimento de

acervos. No entanto, argumentamos que um feminismo crítico é necessário para a transformação radical das instituições arquivísticas e para ir além da política de representação. Os autores concebem o feminismo crítico como uma filosofia política interseccional¹ comprometida com o dismantelamento do patriarcado heteronormativo, capitalista e racista². Em vez de orientar o feminismo em torno de formações identitárias essenciais específicas, nós o vemos como uma ferramenta para trabalho de coalizão em torno de realidades políticas sobrepostas e interconectadas. Por isso, o que consideramos como uma presença feminista existente em toda a teoria e história arquivística é necessariamente amplo. O objetivo deste texto não é definir de forma anacrônica os múltiplos feminismos e atuações que se engajaram com o trabalho arquivístico de modo a alinhá-los ao nosso projeto político, mas sim começar a compreender as formas pelas quais a práxis feminista tem confrontado, desafiado, enriquecido, dismantelado, assimilado ou, de outras formas, impactado a teoria e a prática arquivísticas — além de defender a

¹ Para algumas referências úteis e concisas sobre a história do conceito de interseccionalidade nos estudos feministas e nas ciências sociais de modo mais amplo, ver: BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. *Ain't I a woman? Revisiting intersectionality*. *Journal of International Women's Studies*, Bridgewater, v. 5, n. 3, p. 75–86, 2004. LYKKE, Nina. *Feminist studies: a guide to intersectional theory, methodology and writing*. New York: Routledge, 2010. MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 40, n. 1, p. 1771–1800, 2005.

² A produção acadêmica feminista que fundamenta nossa definição e que se envolve nessa prática é ampla e diversa. Para alguns exemplos, consultar: ALEXANDER, M. Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade (orgs.). *Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures*. New York: Routledge, 1997. AHMED, Sara. *Differences that matter: feminist theory and postmodernism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. AHMED, Sara. *On being included: racism and diversity in institutional life*. Durham: Duke University Press, 2011. COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought*. Boston: Unwin Hyman, 1990. DAVIS, Angela Y. *Women, race, and class*. New York: Random House, 1981. McCLINTOCK, Ann. *Imperial leather: race, gender, and sexuality in the colonial context*. New York: Routledge, 1995.

importância do trabalho feminista que ainda precisa ser realizado no contexto dos Estados Unidos. Defendemos que a teoria e a prática arquivísticas ainda precisam se engajar com uma práxis feminista que vá além da busca por uma melhor representação das mulheres nos arquivos. Os arquivos têm o potencial de trabalhar para dismantelar o patriarcado heteronormativo, capitalista e racista em muitas frentes e por meio de muitas vias. Conceitos e metodologias do feminismo crítico também podem contribuir de maneira vital para o enfrentamento dos problemas contemporâneos que tanto desafiam arquivistas e instituições arquivísticas.

Ao empregar a metodologia da historiografia feminista, oferecemos simultaneamente um contexto rico para narrativas e contranarrativas, ao mesmo tempo em que voltamos, necessariamente, a análise para o nosso próprio processo. Estamos, conscientemente, engajadas em um tipo de produção histórica sobre sujeitos que fizeram história — pessoas que conceberam suas intervenções como correções vitais para práticas históricas tradicionais. Estendemos essa intervenção à teoria e à prática arquivísticas, trazendo uma abordagem marcada pela reflexividade, pela posicionalidade e pelo reconhecimento das dimensões de “prova, poder e política” da construção narrativa da história (Glenn, 2000). Iniciamos este texto traçando os caminhos pelos quais os arquivos se entrelaçaram com os movimentos sociais feministas, sendo compreendidos como ferramentas críticas e modos de autorrepresentação e autohistoricização. Esse ponto de partida atua como um meio de entender algumas das formas pelas quais a política feminista tem sido praticada dentro e ao redor dos arquivos, mas também como um meio de compreender como a noção de representação frequentemente se tornou sinônimo da política

arquivística. Dedicamos atenção às raízes interseccionais dos movimentos de arquivos feministas. Na segunda seção, analisamos a presença explícita da teoria feminista na literatura arquivística e na prática contemporânea. Examinamos os principais focos e argumentos que desafiaram as compreensões tradicionais do trabalho arquivístico no que tange às questões de gênero. Na terceira seção, abordamos as formas amplas pelas quais estudiosos das Humanidades têm utilizado o arquivo como metáfora e como ferramenta teórica. Nessa abordagem, o arquivo não corresponde necessariamente às estruturas institucionais, às especificidades ou ao trabalho concreto nos arquivos. Este artigo contribui significativamente para refletir sobre como essas discussões no contexto da virada arquivística podem, em seu melhor, revelar pontos cegos na literatura arquivística e nos fornecer ferramentas teóricas para questionar o que muitas vezes é tomado como certo. Por fim, propomos formas pelas quais entendemos que a teoria feminista crítica pode contribuir para o discurso e a prática arquivística já existentes, ao criticar conceitos que permaneceram inquestionáveis, como comunidade e organização. Juntas, essas seções expõem o potencial transformador do feminismo para os arquivos e dos arquivos para o dismantelamento do patriarcado heteronormativo, capitalista e racista.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E O DESEJO DE ARQUIVAR

Muitos dos arquivos contemporâneos que conscientemente se rotulam como feministas, ou que possuem alguma afiliação com a política e a práxis feministas, surgiram a partir dos movimentos sociais feministas e queer emergentes na segunda metade do século

XX. É nesse período que podemos identificar um fortalecimento da relação entre uma política de representação e a proliferação do desenvolvimento de acervos voltados à políticas identitárias³. Seus precursores são as coleções de mulheres desenvolvidas nas décadas de 1930 e 1940 (Hildenbrand, 1986). A estudiosa dos arquivos Sarah Lubelski atribui as tendências posteriores de coleta de materiais sobre mulheres ao desenvolvimento do World Center for *Women's Archives*, proposto em 1935. Ela afirma que esse projeto funcionou como um “contra-arquivo”, servindo como uma fundação pouco reconhecida do paradigma historiográfico feminista e do movimento de arquivo das mulheres. Coleções de mulheres já existentes passaram a integrar o debate na literatura arquivística, paralelamente ao reconhecimento mais amplo dos movimentos feministas da década de 1970. Esses movimentos reconheceram a importância crítica de escrever as mulheres na narrativa histórica, assim como a necessidade de preservar registros e manuscritos produzidos por mulheres em arquivos (Henderson, 2013). Esse interesse pelas histórias das mulheres constituiu um componente essencial da ascensão da “nova história social” nos anos 1960 e

³ A política identitária compreende as opressões políticas, sociais e culturais como enraizadas na identificação de alguém como pertencente — ou sendo percebido como pertencente — a uma determinada identidade. Grande parte do ativismo político do século XX se baseou na organização em torno de identidades específicas, com diversos propósitos e resultados. Para leituras adicionais sobre política identitária, ver: Combahee River Collective, “A Black Feminist Statement”, em Gloria T. Hull, Patricia Bell Scott e Barbara Smith (orgs.), *All the Women Are White, All the Blacks Are Men, But Some of Us Are Brave: Black Women's Studies* (New York: Feminist Press, 1982); Sally Haslanger, “Ontology and Social Construction,” *Philosophical Topics* 23, n. 2 (1995): 96–125; bell hooks, *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism* (Boston: South End Press, 1981); Toril Moi, *What Is a Woman? And Other Essays* (Oxford: Oxford University Press, 2000); Shane Phelan, *Identity Politics: Lesbian Feminism and the Limits of Community* (Philadelphia: Temple University Press, 1989); e Iris Marion Young, *Justice and the Politics of Difference* (Princeton: Princeton University Press, 1990).

1970. Historiadoras feministas exerceram um impacto significativo no campo arquivístico nas décadas de 1970 e 1980. A primeira série de artigos sobre “Mulheres nos Arquivos”, sob a perspectiva do feminismo da segunda onda, foi publicada na *The American Archivist* em 1973 (Deutrich, 1973; Freivogel, 1973; Crawford, 1973, Zangrando, 1973; Moseley, 1973). À medida que a nova história social se consolidava como o campo de pesquisa histórica que mais crescia nos anos 1980 (Mayer, 1985), os arquivistas tentaram responder aos desafios que essa nova abordagem impunha à prática e à gestão arquivísticas (Mayer, 1985; Muller, 1985). Escrever as histórias de mulheres e de outros grupos marginalizados exigia não apenas novos conjuntos de fontes para os historiadores, mas também novas práticas de leitura. É nessa última tarefa que grande parte da literatura e dos esforços arquivísticos têm se concentrado (Crawford, 1973; Miller, 1986; Moseley, 1980; Zangrando, 1973).

Esses impulsos arquivísticos representam um padrão mais amplo de técnicas de autorrepresentação que, por si só, formaram um projeto mais amplo de resistência à ausência marcante de populações minorizadas no registro histórico. Em um sentido mais amplo, as formas de comunicação, compartilhamento de informação e construção de comunidades de conhecimento por parte de populações minorizadas não foram apenas ignoradas, como muitas vezes criminalizadas. Esses impulsos separam tais projetos das expectativas tradicionais de arquivo como repositório neutro ou passivo, e passam a identificar o arquivo explicitamente como uma instituição que molda o registro histórico por meio da exclusão e do silenciamento. Tais aspirações arquivísticas conectam os movimentos ativistas aos arquivos como instrumentos de continuidade comunitária e de visibilidade. As histórias arquivadas

desses grupos são frequentemente concebidas como inteiramente separáveis, mas são inseparáveis de suas ações, bem como das histórias paralelas e sobrepostas de movimentos distintos. A história dos arquivos feministas, por exemplo, está intimamente ligada à dos movimentos sociais LGBTQ e de seus respectivos arquivos. Organizações homófilas ao longo da década de 1950, atuando predominantemente no âmbito da política local, buscavam defender a igualdade de direitos independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero. Leis de censura e de obscenidade forçaram esses movimentos a se tornarem produtores e disseminadores de informação; tais organizações frequentemente desenvolviam calendários regulares de publicações que divulgavam a literatura sobre discriminação habitacional, assédio no trabalho, informações médicas e jurídicas, além de oferecer apoio geral a pessoas que se sentiam isoladas. A circulação de publicações como *The Ladder* (publicada pelas *Daughters of Bilitis*), *Mattachine Review* (da *Mattachine Society*) e *One Magazine* (da *ONE, Inc.*) eram feitas mesmo diante da resistência imposta pelos códigos postais dos Estados Unidos, que classificavam esse tipo de material como pornográfico (Streitmatter, 1995). Em 1958, a Suprema Corte abordou a intersecção específica entre questões de liberdade de expressão e o contexto do movimento homófilo. No caso *ONE Inc. versus Olesen*, a Suprema Corte considerou as alegações do Departamento dos Correios dos EUA e do FBI, segundo as quais o conteúdo de uma edição de 1954 da *One Magazine* seria impossível de ser enviada pelos correios, com base nas leis: *Comstock* do final do século XIX que criminalizavam a tentativa ou o uso efetivo do serviço postal para envio de material erótico, anticoncepcionais, brinquedos sexuais, abortivos ou qualquer informação relacionada a

esses itens. A Suprema Corte reverteu a decisão da instância inferior, que havia declarado a *One Magazine* obscena por definição e, portanto, inapropriada para envio postal. Essa decisão marcou a primeira vez em que a Suprema Corte dos Estados Unidos tratou explicitamente da homossexualidade (Charles, 2010). As raízes dos arquivos feministas e da prática arquivística feminista encontram-se nesses esforços de produção e preservação de informação, bem como nas genealogias de movimentos explicitamente feministas aos quais esses arquivos são, com mais frequência, atribuídos.

Os movimentos sociais da década de 1960 também reconheceram a ligação entre a criação e a gestão da informação e o crescimento de seus próprios movimentos. Os *Brown Berets* começaram a publicar o jornal *La Causa* em 1969 (Luna, 2001), a revista *Ms.* iniciou sua publicação em 1971, e *Our Bodies, Ourselves* foi publicado pela primeira vez nesse mesmo ano (Davis, 2007). Em 1969, teve início a ocupação de Alcatraz pelos *United Indians of All Tribes* (Johnson, 1996). Transmitindo como *Radio Free Alcatraz*, o grupo buscava alcançar uma ampla comunidade de ouvintes indígenas, além de promover a consciência cultural segundo seus próprios critérios. As publicações surgidas a partir do Movimento *Black Arts* (Artes Negras), incluindo a revista *Floating Bear* de Amiri Baraka, foram pilares fundamentais do amplo Movimento *Black Power* (Collins; Crawford, 2006). Enquanto a grande mídia cobria esses movimentos de maneira sensacionalista e reacionária, a autopublicação e a publicação independente foram amplamente entendidas como uma resposta ativa à persistente falta de atenção às preocupações das comunidades minorizadas e à sistemática deturpação de suas culturas, necessidades e desejos. Cada um desses movimentos surgiu a partir de circunstâncias particulares e,

em determinados momentos, suas agendas convergiram ou divergiram das dos feminismos. No entanto, todos reconheceram a vitalidade da autorrepresentação e a importância de valorizar os saberes de suas comunidades, expandindo redes de informação e compartilhamento de recursos. Examinar essas histórias entrelaçadas oferece uma base sólida para empreender um trabalho feminista crítico em nossa contemporaneidade.

Embora os espaços de atuação dos movimentos sociais tenham sido múltiplos, um local-chave de resistência foi encontrado dentro das estruturas acadêmicas. O ensino da história dos Estados Unidos havia marginalizado, distorcido ou simplesmente ignorado as experiências e os pontos de vista de povos minorizados. Alterações curriculares e iniciativas educacionais autônomas estiveram consistentemente presentes na agenda dos movimentos sociais ao longo das décadas de 1960 e 1970. A expansão, em âmbito nacional, dos departamentos de Estudos Chicanos, Estudos Negros, Estudos do Trabalho, Estudos das Mulheres, História Social, Estudos dos Povos Indígenas Americanos e Estudos Étnicos representou uma intervenção concreta no registro histórico dos Estados Unidos por meio de iniciativas educacionais (Rojas, 2007; Ortiz, 1984). Esses esforços abordaram materiais e interpretações históricas consideradas tradicionais com pressupostos e expectativas distintas. Além disso, esses novos campos de estudo e departamentos, ao serem reconhecidos institucionalmente, passaram a demandar políticas de acervo voltadas a outros tipos de materiais, o que fortaleceu o apoio institucional a iniciativas arquivísticas. No entanto, céticas do investimento e ao comprometimento de longo prazo com essas iniciativas, muitas organizações optaram por manter os esforços de coleta de forma autônoma e conduzidos pela

comunidade, garantindo que as políticas de acervo e os materiais não ficassem sujeitos às mudanças de prioridade dentro das universidades. O *Lesbian Herstory Archives* (LHA) é frequentemente citado como um exemplo notável e duradouro desse fenômeno. O LHA permaneceu como um coletivo independente, gerido por voluntárias, com foco no atendimento à comunidade em que está inserido⁴. A escolha pela independência está intimamente ligada ao que as teóricas culturais queer Alexandra Juhasz (2006) e Ann Cvetkovich (2011) denominaram “Ativismo Arquivístico Queer” (*Queer Archive Activism*), que exige algo além do apoio financeiro e estrutural das instituições: requer também um espaço para o engajamento ativo com os materiais, bem como um espaço para abrigar acervos que desafiem noções tradicionais de valor probatório nos arquivos. As tensões entre instituição e comunidade permanecem como fonte persistente de preocupação, mas também como terreno fértil para debates produtivos.

3 TEORIA FEMINISTA NOS ESTUDOS ARQUIVÍSTICOS

Há uma longa história de engajamento com o pensamento, os métodos e as críticas feministas na literatura e na práxis dos estudos arquivísticos. A influência da política e da pesquisa feministas chegou aos arquivos paralelamente ao crescimento do movimento feminista

⁴Para mais informações sobre o *Lesbian Herstory Archives*, ver: COOPER, Danielle. Welcome home: an exploratory ethnography of the information context at the Lesbian Herstory Archives. In: KEILTY, Patrick; DEAN, Rebecca (orgs.). *Feminist and queer information studies reader*. Sacramento: Litwin Books, 2013. CORBAN, Rachel F. A genealogy of the Lesbian Herstory Archives, 1974–2014. *Journal of Contemporary Archival Studies*, n. 1, 2014. Disponível em: <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol1/iss1/3>. Acesso em: 08 abr. 2025. McKINNEY, Cait. Body, sex, interface: reckoning with images at the Lesbian Herstory Archives. *Radical History Review*, n. 122, p. 115–128, 2015.

da segunda onda nas décadas de 1970 e 1980. A teoria feminista exerceu influência significativa na formação do entendimento sobre as múltiplas relações entre arquivos e poder — desde a ascensão do pós-modernismo até o crescimento de estruturas voltadas à justiça social. Pesquisadoras feministas também adentraram os discursos arquivísticos, abordando os desafios específicos da coleta de materiais feministas, das práticas arquivísticas feministas e do potencial dos arquivos e das práticas arquivísticas para o pensamento feminista. Ao mesmo tempo, na prática arquivística, houve esforços relevantes de coleta em torno de determinados movimentos feministas e um aumento acentuado nas colaborações entre comunidades e instituições, ou seja, entre arquivos feministas e instituições arquivísticas tradicionais. No entanto, dentro do campo arquivístico, os diálogos com o pensamento e a prática feministas têm sido frequentemente limitados a uma preocupação com o registro de mais mulheres nos arquivos — em vez de incorporar a agenda feminista crítica voltada ao desmantelamento do patriarcado heteronormativo, capitalista e racista. Em uma série de artigos sobre arquivos e poder, publicados no início dos anos 2000, Terry Cook e Joan Schwartz se baseiam fortemente na história e na teoria feminista, em sua “relação simbiótica com o pós-modernismo” (Cook, 2001, p.8), para complexificar a teoria, a prática e o profissionalismo arquivísticos. Eles frequentemente utilizam o exemplo da natureza de gênero da prática arquivística como evidência contra a noção de neutralidade nos arquivos. A historiadora feminista Gerda Lerner é uma figura central nesse debate. Cook (2001, p.8) recorre à sua pesquisa para demonstrar que, desde o início, arquivos, registros e memória foram “implacável e intencionalmente patriarcais”. Isso significa que, desde a Antiguidade até o presente, “as mulheres

foram deslegitimadas” nos processos de arquivamento (Cook, 2001, p.8). Ao criticar a classificação do trabalho e da teoria arquivística como científica e, portanto, supostamente objetivos, neutros e verdadeiros, Schwartz e Cook (2002) fazem uso da concepção de objetividade da estudiosa feminista de ciência e tecnologia Donna Haraway, que propõe a ideia de “conhecimento situado”(Shwartz; Cook, 2002, p.10). Desenvolvido no campo dos estudos feministas da ciência, o “conhecimento situado”⁵ é uma forma de objetividade capaz de considerar tanto a agência de quem produz o conhecimento quanto do objeto estudado. Através dessa perspectiva, os sujeitos são entendidos como resultado de uma configuração complexa entre visão biológica e vontade pessoal, e o olhar científico se dissolve em uma constelação de observações disputadas. Schwartz e Cook criticam o atraso dos profissionais de arquivo na teorização das relações de poder nos arquivos e seus documentos, bem como o distanciamento político geralmente presente no campo. Eles convidam os arquivistas a adotar a concepção de objetividade de Haraway (1991, p.27) que, ao contrário da objetividade tradicional, “não está baseada no distanciamento”, partindo assim de uma perspectiva feminista acadêmica e ativista (Butler, 1990a). Schwartz e Cook também incorporam o trabalho da retórica feminista Judith Butler como fonte geradora para repensar a prática arquivística. Butler é especialmente conhecida por desenvolver a teoria da “performatividade”, por meio da qual articula a construção de gênero como fruto da repetição de performances de gênero. Nas palavras de

⁵O desenvolvimento de uma objetividade feminista foi um foco significativo para estudiosas feministas da ciência e da tecnologia no final da década de 1980 e início da década de 1990. Ver, por exemplo, Donna Haraway, “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective,” *Feminist Studies* 14, n. 3 (1988): p. 575–599; e Sandra Harding, *The Science Question in Feminism* (Ithaca: Cornell University Press, 1986).

Butler (1990a, p. 34), o gênero é “uma repetição estilizada de atos [...] que são internamente descontínuos [...], de modo que a aparência de substância é exatamente isso: uma identidade construída, uma realização performativa que o público social cotidiano — incluindo os próprios atores — passa a acreditar e a executar no modo da crença”. O gênero, portanto, “é real apenas na medida em que é performado”(Butler, 1990b). Schwartz e Cook (2002) traçam um paralelo entre o conceito de performatividade de Butler em relação ao gênero e o próprio funcionamento da prática arquivística. A teoria de Butler é utilizada para demonstrar que o ato de arquivar é construído por meio da repetição de um conjunto específico de ações sancionadas, que se naturalizam em “códigos de conduta e de crença” (Schwartz; Cook, 2002). Tais roteiros são, portanto, realizados sem que se reconheça que se trata, de fato, de uma performance, o que ajuda a explicar por que certos pressupostos fundamentais permanecem inquestionados no campo arquivístico contemporâneo. Em cada uma de suas respectivas produções acadêmicas tanto Schwartz (2002), ao tratar da descrição arquivística, quanto Cook (1992, 2005), sobre macroavaliação, reconhecem a influência substancial da teoria feminista na construção e no desenvolvimento de seu pensamento crítico sobre arquivos e poder. O trabalho de Schwartz e Cook permanece como uma referência fundamental para pesquisadoras e pesquisadores engajados com abordagens críticas no campo arquivístico.

A justiça social, tanto como objetivo quanto como lente analítica, tornou-se cada vez mais central para a “teorização feminista, multicultural e pós-moderna” sobre “exclusão e poder social; consumismo e a produção de bens materiais; participação democrática; reparação e direitos humanos universais” (Duff, 2013,

p. 321). A produção acadêmica voltada à justiça social no campo arquivístico também tem se apropriado das ferramentas da teoria feminista. Em um artigo voltado à conscientização crítica sobre a reconfiguração da descrição arquivística em apoio aos direitos humanos, Stacy Wood et al. utilizam estrategicamente instrumentos da teoria feminista. As autoras recorrem à estratégia feminista da “retórica coletiva”, que valoriza tanto o conhecimento experiencial quanto o teórico, bem como a “articulação coletiva de múltiplas experiências individuais sobrepostas”(Dubriwny, 2005, p.396). Essa estratégia se apoia na prática da conscientização, uma das táticas mais importantes do feminismo da segunda onda. Ela possibilitou que o foco e a produção de conhecimento se voltassem para questões específicas com significado coletivo, a partir do compartilhamento e da reflexão conjunta sobre relatos pessoais e experiências em grupo. A “conscientização colaborativa e exploratória”, como tática discursiva central da retórica coletiva, abre espaço para a reconceitualização das formas atuais de teoria e prática arquivísticas, considerando as dimensões arquivísticas das atrocidades relacionadas aos direitos humanos (Wood et al., 2014, p. 399). Em seu artigo sobre as dinâmicas do silêncio nos arquivos, Rodney G. S. Carter (2006) analisa a marginalização de determinados grupos pelos detentores de poder, bem como os silêncios arquivísticos produzidos por seu acesso limitado aos arquivos. Dentro dessa discussão, ele aborda táticas feministas de “ler contra a corrente”, que consiste na busca por omissões, vozes ausentes e silêncios nos textos arquivísticos (Carter, 2006, p. 224). Partindo de estratégias advindas da teoria feminista da retórica, da teoria literária e de psicólogas feminista, Carter compreende o silêncio como um método de resistência utilizado por indivíduos e

grupos marginalizados. Ao reavaliar as definições de poder com base na teoria feminista, Carter conceitua o silêncio como um meio de resistência, uma maneira de agir contra os detentores de poder, negando aos arquivos seus registros. A partir de outra abordagem feminista, as estudiosas Michelle Caswell e Marika Cifor (2016) exploram como a adoção de uma ética feminista do cuidado transforma o modelo teórico com o qual arquivistas e pesquisadores dos estudos arquivísticos abordam questões de justiça social, afastando-se de um enquadramento centrado em direitos individuais. Com base nessa ética feminista, os arquivistas são compreendidos como “cuidadores”, vinculados a criadores de documentos, sujeitos, usuários e comunidades por meio de “uma rede de responsabilidade afetiva mútua” (Caswell; Cifor, 2016, p.135). O trabalho de teóricas feministas do afeto também tem sido utilizado por Cifor (2016) para investigar como a teoria do afeto pode oferecer caminhos significativos para elucidar, aprofundar e enfrentar dimensões da justiça social no campo arquivístico.

Recentemente, estudiosas feministas têm voltado à literatura arquivística para defender a necessidade de coletar registros feministas e para abordar os desafios únicos que esses documentos e acervos apresentam. As pesquisadoras feministas, literárias e culturais Marianne Dever (2014) e Margaret Henderson (2013) escreveram sobre o recente movimento, na Austrália, de transformar o movimento das mulheres em objeto de reflexão histórica, narrativização e conscientização. Como parte desse processo, ambas se envolveram na construção crítica de um arquivo feminista da segunda onda, incluindo o arquivamento dos documentos da ativista feminista Merle Thornton. Dever (2014, p.25) relata seus esforços em realizar esse trabalho arquivístico com base em “termos

radicalmente não-nostálgicos”, mas como uma posição política voltada a interromper o enquadramento discursivo do ativismo feminista da segunda onda. Henderson, por sua vez, destaca os desafios que produtoras feministas podem apresentar ao arquivamento e o potencial das abordagens feministas para enfrentá-los por meio de análises críticas do público, do privado e do potencial político do pessoal. Ambas defendem que, ao enriquecer o legado arquivístico do movimento feminista, abrem-se novas possibilidades feministas para a memória, a escrita da história e os próprios arquivos. O pensamento feminista das décadas de 1980 e 1990 tem sido, por vezes, periodicizado como “terceira onda do feminismo.” Surgida como uma crítica à política feminista da segunda onda dos anos 1960 e 1970, a terceira onda representa um conjunto diverso de ferramentas metodológicas e teóricas, incluindo críticas interseccionalistas, pós-estruturalistas e pós-modernas, feminismos globais, transnacionais e pós-coloniais. Um dos fenômenos culturais mais visíveis desse período foi o *Riot Grrrl*, um movimento subcultural artístico e musical voltado ao empoderamento das mulheres por meio da autoexpressão (Eichhorn, 2014). O arquivamento de materiais do *Riot Grrrl* foi rápido. No final dos anos 1990, por exemplo, a escritora e ativista queer Tristan Taormino fez uma doação inicial de fanzines para o acervo *Sophia Smith Collection* do *Smith College*, e a artista Sarah Dyer já mantinha diálogos com o *Sallie Bingham Center for Women’s History and Culture* da *Duke University* sobre a doação de sua substancial coleção de fanzines (Eichhorn, 2014). Coleções como a *Zine Library* da *Barnard University* e o *Riot Grrrl Collection* da *Fales Library & Special Collections* da Universidade de Nova York

têm recebido ampla atenção tanto do público quanto da academia⁶. É importante notar que o Riot Grrrl foi justamente criticado por ter sido um movimento extremamente excludente, que em sua maioria era composto por membros brancos e de classe média. A composição racial e socioeconômica do movimento sem dúvida influenciou o desejo e a disposição de doar materiais e de participar do arquivamento desse movimento, bem como o grau de confiança nas grandes instituições e a rapidez com que esses esforços foram realizados. Em contraste com períodos anteriores, nos quais os materiais e acervos feministas eram mantidos em arquivos comunitários, esse momento se caracteriza pelo depósito de produtos culturais feministas em grandes instituições.

O arquivamento do feminismo da terceira onda resultou na entrada de diversas estudiosas feministas no campo dos estudos arquivísticos e em seus debates. Em um artigo recente, a especialista em cultura e mídia Kate Eichhorn (2014) analisa três coleções contemporâneas de *zines* feministas e a surpreendente resistência à digitalização desses materiais, seja como meta de curto ou longo prazo. Entre as razões apontadas pelos arquivos responsáveis pelas coleções, estão a materialidade dos *zines*, a relação contextual dessas publicações com os acervos mais amplos de história feminista e das mulheres, além da importância dos arquivos como instrumentos de legitimação para movimentos ativistas (Eichhorn, 2014). Essa situação contraria grande parte do discurso na literatura arquivística sobre a digitalização como uma meta desejada para a prática arquivística contemporânea. Utilizando o conceito feminista

⁶Ver, por exemplo: DARMS, Lisa (org.). *The Riot Grrrl Collection*. New York: The Feminist Press, 2013. EICHHORN, Kate. *The archival turn in feminism: outtakes*. Philadelphia: Temple University Press, 2013. PIEPMEIER, Alison. *Girl zines: making media, doing feminism*. New York: New York University Press, 2009.

de “espaço seguro”, a arquivista Lisa Darms e a etnomusicóloga Elizabeth Keenan (2013) analisam a coleção *Riot Grrrl*, mantida na Universidade de Nova York. Elas argumentam que o “espaço seguro” (Keenan; Darms, 2013, p. 59), uma postura protetora que foi estratégica e proeminente no movimento, tem suas origens nas práticas de conscientização da segunda onda do feminismo. Esse conceito enfatiza a segurança física e psíquica e a intimidade entre participantes do movimento, permitindo o compartilhamento, a crítica e a valorização de suas experiências, especialmente em relação à violência de gênero e sexual. As autoras estendem esse conceito aos arquivos, analisando como ele se manifesta em decisões sobre formação de acervo, interação com doadores e pesquisadores, bem como nas tensões entre o desejo de acesso à história ativista e as exigências de preservação arquivística (Keenan; Darms, 2013). Elas demonstram com clareza a importância que estudiosas feministas podem trazer à teoria, à prática e ao profissionalismo arquivístico.

Não foi apenas o *Riot Grrrl* que se tornou foco de coleta e parceria entre arquivos nas últimas duas décadas. No mesmo período, houve um crescimento significativo nas colaborações e parcerias, formais e informais, entre organizações feministas e arquivos, e entre esses arquivos e instituições arquivísticas mais tradicionais, especialmente universidades. Ambas as autoras participaram de uma dessas parcerias: *Making Invisible Histories Visible: Preserving the History of Lesbian Feminist Activism and Writing in Los Angeles* (Tornando Histórias Invisíveis Visíveis: Preservando a História do Ativismo e da Escrita Lésbica Feminista em Los Angeles). Foi uma colaboração de três anos entre o *June L. Mazer Lesbian Archives*, o *UCLA Center for the Study of Women* e a *UCLA Library*, financiada pelo *National Endowment for the*

Humanities. Mais de 80 coleções do Mazer, um arquivo feminista lésbico, comunitário, fundado em 1981 em West Hollywood, Califórnia, foram selecionadas para serem organizadas, descritas, digitalizadas e transferidas para a UCLA e disponibilizadas aos usuários da biblioteca, desta grande universidade estadual⁷. As coleções selecionadas contam histórias únicas e importantes sobre ação política, escrita, desejos e vidas de mulheres lésbicas e feministas. A falta de espaço acessível e preocupações com financiamento levaram o conselho do Mazer a aceitar essa parceria, após recusarem propostas anteriores. A comunidade do Mazer inclui lésbicas feministas, muitas das quais eram, e ainda são, separatistas, o que gerou tensões com o espaço institucional da UCLA e as intenções e orientações políticas de algumas das produtoras dos documentos. Essas preocupações levaram algumas doadoras a recusarem a transferência de seus acervos. Seus desejos foram respeitados, apesar da importância de suas coleções para o projeto e de eventuais trabalhos de processamento e digitalização já realizados. Esses desafios se intensificaram com a maior visibilidade pública das coleções após sua transferência física para a UCLA e o aumento da presença digital. Parcerias e outras formas de colaboração entre arquivos com política, missão e histórias explicitamente feministas e instituições tradicionais levantam diversas preocupações para doadores, usuários, arquivistas e comunidades. Permanecem sem resposta várias questões sobre para quem e como esses materiais são organizados, descritos, disponibilizados e como será garantida a preservação a longo prazo.

⁷Para mais informações sobre este projeto, ver: McHUGH, Kathleen A.; JOHNSON-GRAU, Brenda; SHER, Ben Raphael (orgs.). *Making invisible histories visible: a resource guide to the collection*. Los Angeles: UCLA Center for the Study of Women, 2014.

4 A VIRADA ARQUIVÍSTICA

Desde o início da década de 1990, produziu-se uma farta bibliografia que coloca "o arquivo" em destaque, tanto como local de pesquisa quanto como conceito teórico e objeto de investigação. Denominada "virada arquivística", essa tendência nas ciências humanas e sociais não representa, necessariamente, um envolvimento direto com a literatura, a teoria ou a prática arquivística. Em vez disso, sinaliza um foco na construção do poder dentro e ao redor do arquivo, explorando como ele molda e condiciona o que é lembrado ou esquecido, legitimado ou silenciado. O arquivo que emerge da produção acadêmica sobre a virada arquivística é frequentemente compreendido como uma metáfora ou um sistema discursivo. Esse "arquivo" pode ou não se sobrepor, dependendo do teórico e do texto, às definições de arquivos empregadas nos estudos arquivísticos e da ciência da informação. No contexto dos estudos arquivísticos, o termo "arquivo"/"arquivar" refere-se, na maioria das vezes, ao "ato de [transferir] registros de um indivíduo ou entidade produtora para um repositório autorizado a avaliar, preservar e fornecer acesso a esses registros" (Pearce-Moses, 2005, p. 224). Embora, no campo da arquivologia, o termo "arquivos" se refira a uma gama de elementos, incluindo "documentos que contêm informações de valor permanente e/ou cumprem uma função probatória; instituições que coletam e preservam esses documentos; a disciplina profissional responsável pela gestão dessas coleções de documentos; o edifício ou espaço que abriga tais coleções" (Kumbier, 2014, p.10). A distinção entre arquivo e arquivos chama a atenção para uma concepção mais ampla do que pode significar arquivo.

Os historiadores, em particular, vivenciaram uma mudança teórica em direção ao que a antropóloga Ann Laura Stoler (2002) descreve como "ceticismo epistemológico". Essa mudança levou a um enfoque na "história como narrativa e na escrita da história como um ato político carregado de significados" (Stoler, 2002, p.92). Em vez de conceber os arquivos como um espaço neutro no qual os materiais históricos eram armazenados e do qual emergia a escrita da história, os próprios arquivos se tornaram um objeto digno de escrutínio e teorização. Ao mesmo tempo, a teoria crítica serviu como força motriz para a adoção do "arquivo" como construção teórica e metáfora. Nessa literatura, o trabalho de Michel Foucault e Jacques Derrida foi amplamente referenciado em vários campos. A *Arqueologia do Saber* e *As palavras e as Coisas* de Foucault são textos fundamentais. Foucault concebe o arquivo como um aparato autorizador e uma estrutura discursiva, um "sistema" dotado do poder de 'estabelecer enunciados como eventos... e coisas" (Foucault, 1972, p. 128). Assim, o arquivo não pode ser dissociado das lógicas e práticas institucionais e classificatórias que caracterizam a modernidade, representando não apenas os conteúdos da história, mas a própria possibilidade de conceber a história em si. A teoria feminista recorreu a Foucault, especialmente às obras *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*, nas quais ele explora o corpo como um lugar de relações de poder e, de fato, como um dos principais meios de criação dos sujeitos. O corpo, portanto, não é algo natural ou evidente, mas um complexo conjunto de relações de poder mediadas culturalmente. O arquivo, enquanto base estrutural da possibilidade histórica, participa da co-constituição dos sujeitos e se beneficia da sua essencialização e fácil ordenação.

Embora a explicação detalhada da desconstrução e da teoria feminista esteja além do escopo deste artigo (Elam, 2006), a recepção e o uso da obra de Derrida podem ser compreendidos tanto como um benefício quanto como um desafio para a teoria feminista e a teoria arquivística. A crítica literária feminista e historiadora Mary Poovey (1998) identifica a desestabilização da identidade como central para o projeto de Derrida de criticar os fundamentos da metafísica ocidental. Para Derrida, a identidade é tão dependente quanto qualquer outra coisa da linguagem, que é ao mesmo tempo um constructo e um sistema de relações. Essa ruptura, que afirma que a identidade é tudo, menos algo natural, tem sido central nas críticas feministas ao essencialismo (Poovey, 1988). Em *Mal de Arquivo*, Derrida utiliza o arquivo como uma metáfora psicanalítica, representando os impulsos individuais tanto para destruir quanto para preservar. No entanto, Derrida (1996) também se preocupa, em certa medida, com as interações nos arquivos. Ele aborda a relação entre seu próprio corpo de trabalho teórico e os arquivos de Freud, postulando que o que ele chamou de 'arquivamento' é simultaneamente um processo técnico de arquivar algo e um meio de construir um significado fixo em torno de um conjunto de textos (Derrida, 1966).

A relação intrínseca entre o arquivo e o poder estrutural foi uma questão central para muitos pensadores dos estudos pós-coloniais. Pesquisadores dessa área têm encarado os registros coloniais com desconfiança, buscando localizar as vozes dos colonizados dentro, em paralelo e apesar dos registros produzidos pelas potências coloniais (Manoff, 2004). Esse tipo de trabalho foi influente no reconhecimento e no estudo mais amplo dos arquivos durante a chamada 'virada arquivística', entendendo-os como agentes

imbuídos de poder, organizados em torno de lógicas específicas de inclusão e exclusão, silenciamento e representação. Há críticas significativas a serem feitas a esse movimento. Conforme descreve Stoler (2010), o arquivo tem sido utilizado por teóricos culturais como uma “invocação metafórica de qualquer corpus de coleções seletivas e dos anseios que as buscas aquisitivas pelo primário, original e intocado implicam” (Stoler, 2010, p. 45). Ele pode ser amplamente “compreendido como uma metáfora universal para estruturas de memória, armazenamento de informações e produção de conhecimento”, tornando-se, assim, tão abrangente a ponto de “incluir praticamente tudo” (Arondekar *et al.*, 2015, p. 229). No entanto, como articulou Cvetkovich, a virada arquivística levou a uma produtiva e completa “reavaliação do que conta como conhecimento e método” (Arondekar *et al.*, 2015, p. 228).

Nas últimas décadas, o pensamento feminista também experimentou uma nova e significativa virada em direção aos arquivos. Essa virada está inserida na mais ampla ‘virada arquivística’, surgindo de um anseio por uma história feminista e, sobretudo, como uma resposta política e acadêmica articulada por ativistas e estudiosas feministas na contemporaneidade. Esse trabalho fundamenta-se, especialmente, na concepção foucaultiana do arquivo como uma estrutura discursiva. Pesquisadoras feministas e queer, como Stoler (1995, 2009), Anjali Arondekar (2009), Elizabeth Kolsky (2011) e Cvetkovich (2003), têm contribuído significativamente para reimaginar a natureza do arquivo e seu papel na pesquisa feminista. Esse conjunto de trabalhos é tão fundamental para os conceitos teóricos sobre o arquivo que a estudiosa feminista da literatura Anne E. Fernald (2013, p. 231) argumenta que o termo não é “sustentável sem a teoria feminista”. Fernald (2013) defende

que a atenção às 'diferenças que o gênero provoca' ativa a teoria dos afetos, a interseccionalidade e os estudos globais no contexto dos arquivos.

Em *The Archival Turn in Feminism*, Eichhorn (2013, p. 5) argumenta que os arquivos oferecem locais significativos para o engajamento com as 'heranças, epistemes e traumas que pressionam o presente'. Ela identifica esses traumas presentes como resultantes das reestruturações realizadas em nome do neoliberalismo, que têm caracterizado as reformas institucionais desde a década de 1980. O neoliberalismo é uma ideologia abrangente que permeia práticas e processos sociais, políticos e econômicos⁸ e que, segundo o geógrafo David Harvey (2007, p. 22), sustenta que "o bem-estar humano pode ser melhor promovido através da maximização das liberdades empresariais num quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e comércio livre." O extremo encolhimento da agenda política em consequência do modelo neoliberal obrigou as pesquisadoras feministas a procurar novas formas de negociar o presente olhando para o passado, um passado que muitas vezes legitimava formas de conhecimento e de produção cultural diferentes das orientações políticas atuais (Harvey, 2007, p. 22). Eichhorn (2010) associa não só os estudos feministas, mas

⁸ Há uma ampla produção interdisciplinar sobre o neoliberalismo. Ver, por exemplo: BROWN, Wendy. Neo-liberalism and the end of democracy. *Theory and Event*, v. 7, 2003; BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. Cambridge: MIT Press, 2015; GANE, Nicholas. The emergence of neoliberalism: thinking through and beyond Michel Foucault's lectures on biopolitics. *Theory, Culture & Society*, v. 31, n. 4, p. 3–27, jul. 2014; HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005; STEGER, Manfred B.; ROY, Ravi K. *Neoliberalism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

também o ativismo feminista aos arquivos. Defende que os arquivos são espaços onde as principais tensões feministas entre a comunidade e a academia e entre a teoria e a prática podem ser confrontadas e abordadas. A teórica política feminista Wendy Brown (2001) nomeou esse tipo de ação como uma "política genealógica". Eichhorn parafraseia a reconceitualização de Brown da genealogia de Nietzsche para tentar diagnosticar o potencial político que as acadêmicas feministas podem ver no arquivo. A "política genealógica" de Brown representa uma investigação acerca da construção da normatividade em vez de uma tentativa de ressuscitar uma narrativa histórica linear. Essa abordagem garante um confronto com as estruturas e convenções históricas que ditam as possibilidades do presente. Eichhorn (2014) concebe, então, que "a virada arquivística no feminismo contemporâneo tem tanto a ver com o apoio ao legado de uma geração mais jovem e com a homenagem aos mais velhos quanto com a imaginação e o trabalho para construir mundos possíveis no presente e no futuro".

5 A VIRADA ARQUIVÍSTICA PARA OS ESTUDOS ARQUIVÍSTICOS

A virada arquivística não vem sendo amplamente reconhecida nas pesquisas em Arquivologia pelas oportunidades que oferece "não apenas para desconstruir arquivos, mas também para construir novos arquivos" (Przybylo; Cooper, 2014, p. 306). Com base nos estudos feministas desenvolvidos no contexto da virada arquivística, afirmamos que a "plasticidade" (Eichhorn, 2008) do conceito de arquivo, tal como desenvolvido nesses trabalhos no campo das humanidades, abre possibilidades para que os estudos arquivísticos se envolvam em iniciativas para dismantelar o patriarcado em todas

as suas formas prejudiciais. No entanto, a partir desses estudos, certamente podemos apontar para uma evidente falta de engajamento específico com as realidades institucionais, financeiras e materiais dos arquivos nos trabalhos produzidos pelas humanidades. Todavia, é precisamente essa perspectiva que possibilita um trabalho questionador das próprias definições e fronteiras dos arquivos. Parte das iniciativas mais conceitualmente inovadoras e politicamente engajadas no campo da Arquivologia tem buscado diálogo com as humanidades por necessidade. Como Cook observou, os compromissos epistemológicos positivistas da Arquivologia enquanto prática profissional são insuficientes para compreender as dinâmicas dos arquivos no contexto contemporâneo (Cook, 2001). Os estudos arquivísticos passaram por mudanças radicais em sua orientação que, às vezes, resultaram em uma fragmentação em nichos de especialização que separam o técnico do conceitual. Para além dessa separação, surge outro conjunto de desafios: a diversidade de instituições que se autodenominam arquivos apresenta ainda mais dificuldades políticas, técnicas e conceituais. Sob o amplo guarda-chuva dos arquivos estão arquivos comunitários lésbicos radicais e arquivos corporativos, arquivos governamentais e registros institucionais de universidades da Ivy League, materiais nato digitais e artes têxteis. Organizações profissionais fornecem códigos de ética e padrões de prática profissional que tentam ser relevantes para cada um desses contextos e, por isso, muitas vezes eles acabam se revelando irrelevantes para todos.

De modo geral, como demonstramos, as abordagens feministas nos estudos arquivísticos têm se concentrado nas próprias coleções, na tentativa de remediar ausências nos registros e na

criação de espaços, sejam autônomos ou institucionais, para essas coleções. No entanto, uma intervenção feminista crítica nos arquivos poderia significar uma reorganização fundamental das próprias instituições arquivísticas. A socióloga Joan Acker (1990) abordou a suposta neutralidade de gênero intrínseca aos modos hierárquicos de organização e pensamento organizacional de forma mais ampla. Para Acker, as estruturas organizacionais são um local crucial de diferenciação de gênero, por meio da divisão econômica e da subordinação do trabalho feminizado e reprodutivo. Outra dimensão essencial é a adesão a princípios e práticas de profissionalismo que, segundo o historiador Howard Zinn (1977), contribuem para uma oposição contínua ao engajamento político substantivo. Essas críticas gerais assumem uma relevância particular no que diz respeito ao trabalho arquivístico. Como aponta Caswell (2016), o trabalho arquivístico está associado ao serviço e é rotineiramente feminizado. Essa feminização é central para sua ampla desvalorização. No contexto do neoliberalismo, a precarização do trabalho e das instituições arquivísticas intensificou ainda mais a relação entre as estruturas econômicas hierárquicas e a prática arquivística. Em vez de seguir uma trajetória feminista liberal que poderia sugerir que uma estrutura hierárquica diversificada representaria uma mudança positiva nas condições de vida e de trabalho, a teoria feminista pode intervir nos estudos arquivísticos ao desafiar, de maneira fundamental, o investimento em organizações hierarquizadas. Modelos feministas de tomada de decisão coletiva e organização cooperativa têm sido implementados em arquivos comunitários, mas ainda não foram aplicados em âmbito institucional.

Embora exista uma produção acadêmica dentro dos estudos arquivísticos que aborda práticas participativas nos arquivos, o

enfrentamento direto das estruturas hierárquicas e dos modelos burocráticos de organização permanece relativamente pouco teorizado. O investimento na hierarquia não pode ser simplesmente entendido como uma adesão à racionalidade; trata-se de um meio de estabelecer uma ordem nas relações sociais. Conceituamos as estruturas organizacionais burocráticas que são, por definição, hierárquicas, como a rotinização de um conjunto de comportamentos persistentes. Essa rotinização, por sua vez, incorpora as relações sociais de forma estrutural, normatizando não apenas os comportamentos, mas também a subordinação dos trabalhadores dentro dessa estrutura. No mundo arquivístico, os esforços para lidar com questões de 'diversidade' resultaram na proliferação de iniciativas, declarações e grupos de interesse dentro das organizações profissionais.⁹ Frequentemente organizados em torno de grupos identitários, os esforços para abordar os problemas de interseccionalidade entre as disciplinas revelam uma lacuna importante. Profissionais com alianças, afinidades, identidades e posicionamentos políticos sobrepostos acabam se envolvendo em múltiplos grupos, comprometendo-se com extensas jornadas de trabalho não remunerado. Criar espaços seguros para discussão, apoio mútuo e diálogo produtivo é fundamental, mas não se pode ignorar o fato de que as minorias são novamente incumbidas do trabalho de promover mudanças.¹⁰

⁹ Veja, por exemplo: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. "Statement on Diversity", 2010. Disponível em: <http://www2.archivists.org/statements/saa-statement-on-diversity>. Acesso em: 17 jul. 2025.

¹⁰ Para perspectivas críticas sobre a retórica da diversidade, veja: BENDL, Regine et al. Diversity Management Discourse meets Queer Theory. *Gender in Management: An International Journal*, v. 23, n. 6, p. 382-394, 2008. JONSEN, Karsten; MAZNEVSKI, Martha L.; SCHNEIDER, Susan C. Special Review Article: Diversity and Its Not So Diverse Literature: An International Perspective. *International Journal of Cross Cultural Management*, v. 11, n. 1, p. 35-62, 2011.

Arquivos comunitários e arquivos com base na comunidade tornaram-se importantes focos para o campo arquivístico, com um volume crescente de publicações acadêmicas e a participação de muitos profissionais da área e de instituições arquivísticas em colaborações formais e informais com comunidades e coleções comunitárias. Argumentamos que as teorizações feministas sobre a natureza, formação, sustentabilidade e poder das comunidades e identidades podem desafiar e enriquecer a pesquisa arquivística, a prática profissional e o próprio campo da arquivologia. A teórica da política e das questões raciais Sara Ahmed (2004) faz uma análise crítica de como as emoções nos aproximam de "certas pessoas" e, ao mesmo tempo, nos afastam de "outras", criando, mantendo e desfazendo comunidades. Ela usa os exemplos da dor e do ódio para ilustrar esse processo. Ahmed (2004, p. 55) escreve que o ódio 'afeta a forma como os corpos tomam forma,' forçando 'os corpos daqueles que se tornam objetos de ódio' a 'encarnar uma identidade particular por e para' o indivíduo que odeia. O ódio, assim, constrói corpos por meio do alinhamento com certos corpos e da oposição a outros (Ahmed, 2004, p. 54). É por meio desses processos de alinhamento que a comunidade é formada (Ahmed, 2004, p. 54). O alinhamento pelo ódio funciona em ambas as direções. Ele alinha não apenas o indivíduo que odeia com uma emoção coletiva e uma conexão com determinados outros corpos, mas também serve para alinhar o indivíduo que é alvo do ódio ao grupo desprezado que ele é levado a representar.¹¹ Repensar a formação de comunidades pode

ZANONI, Patrizia; JANSSENS, Maddy. Deconstructing Difference: The Rhetoric of Human Resource Managers' Diversity Discourses. *Organization Studies*, v. 25, n. 1, p. 55-74, 2004.

¹¹ Para aprofundamentos sobre Ahmed e sua conceituação do ódio, bem como suas aplicações nos estudos arquivísticos, veja: CIFOR, Marika. Aligning

transformar a maneira como arquivistas interagem com membros da comunidade, desafiar quem deve ser considerado como comunidades interessadas nos registros e nos arquivos, além de construir uma crítica às normas da prática arquivística para melhor atender às diversas necessidades comunitárias.

Por meio de um engajamento com a produção acadêmica feminista, podemos promover o que a teórica cultural e de gênero Miranda Joseph (2002, p. ix) chama de "uma prática ética de comunidade, como um importante modo de participação". A noção de comunidade tem sido amplamente aceita na produção acadêmica e na prática arquivística como uma forma de 'bem' social inquestionável (Cifor; Lee, 2017). Seguindo o trabalho de Joseph, a comunidade pode, de fato, ser compreendida tanto como algo intrinsecamente positivo quanto como um indicador de qualidade de vida. Em um processo semelhante ao desenvolvido por Ahmed, Joseph argumenta que a comunidade tanto produz quanto é produzida pelo afetivo. É o afeto que impulsiona as pessoas a se unirem de uma maneira que, pelo menos superficialmente, parece "cuidadosa" (Cifor; Lee, 2017). Esse conceito de 'comunidade', por sua vez, cria sentimentos de pertencimento a algo que é visto como tanto positivo quanto digno de valor. No entanto, os conceitos de positividade e valor moldam a comunidade de formas fundamentalmente desiguais. O conceito de comunidade eleva o status de determinados indivíduos ao mesmo tempo em que diminui o de outros, assim como suas oportunidades e perspectivas de vida (Cifor; Lee, 2017). Aqui, nos baseamos no argumento de Cifor e Jamie A. Lee (2017) de que arquivistas comunitários poderiam se

beneficiar ao interrogar criticamente as emoções e afinidades que alinham as comunidades. O alinhamento de comunidades é frequentemente fundamentado em construções de identidade e muitas vezes vinculado à política identitária. A política identitária implica que, tanto política quanto socialmente, algumas formas de identidade são compreendidas como 'sancionadas pelo Estado' e 'pertencentes', enquanto outras são construídas como exteriores a essa sanção e pertencimento (Cifor; Lee, 2017). Esse trabalho teórico pode impulsionar iniciativas sobre e dentro dos arquivos comunitários. Arquivos comunitários possuem um enorme potencial quando são desenvolvidos de forma crítica para e com as comunidades com as quais estão envolvidos. Contudo, esses mesmos arquivos comunitários podem facilmente – e frequentemente o fazem – produzir e reproduzir hierarquias e exclusões por meio de seus processos e interpretações de registros e coleções que reafirmam estruturas sociais prejudiciais e injustas (Cifor; Lee, 2017).

6 CONCLUSÃO

O campo arquivístico enfrenta atualmente, e de forma contínua, precariedades financeiras, desafios tecnológicos e disputas institucionais. Muitas vezes, essas questões são abordadas com respostas cínicas que assumem que os problemas enfrentados são simplesmente resultado de políticas ou prioridades econômicas atuais. Refletir sobre a intervenção feminista nos arquivos nos ensina, antes de tudo, que a autorrepresentação e a autohistoricização são elementos vitais da identidade coletiva, da organização política e da transformação estrutural. Também aprendemos que as bases epistemológicas da teoria arquivística não

são suficientes para lidar com nossos ideais políticos ou desafios práticos. Isso significa levar a sério as críticas ao poder provenientes tanto de fora quanto de dentro dos estudos arquivísticos. Ainda que possamos ser tentados a descartar conceitos de arquivo que não abordem ou compreendam adequadamente as especificidades do trabalho e da expertise arquivísticos, devemos considerar como os arquivos operam para aqueles que estão fora do nosso campo. Por fim, podemos ter esperança de que uma nova e crescente produção acadêmica, que representa um engajamento feminista sério com a teoria e a prática arquivísticas, transforme nossas políticas institucionais ao questionar as categorias pelas quais nos definimos, as estruturas que governam nossas organizações e os valores que incorporamos em nossas práticas.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Joan. Hierarchies, Jobs, Bodies: a theory of gendered organizations. **Gender e Society**, v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990.
- AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- ARONDEKAR, Anjali. **For the record**: on sexuality and the colonial archive in India. Durham: Duke University Press, 2009.
- ARONDEKAR, Anjali *et al.* Queering archives: a roundtable discussion. **Radical History Review**, n. 122, p. 211–244, maio 2015.
- BROWN, Wendy. **Politics of out of history**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990a.

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory. *In*: CASE, Sue-Ellen (ed.). **Performing feminisms: feminist critical theory and theatre**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990b.

CARTER, Rodney G. S. Of things said and unsaid: power, archival silences, and power in silence. **Archivaria**, n. 61, p. 215-233, set. 2006.

CASWELL, Michelle. The “Archive” is not an Archives: acknowledging the intellectual contributions of archival studies. **Reconstruction**, v. 16, n. 1, 2016.

CASWELL, Michelle; CIFOR, Marika. From human rights to feminist ethics: radical empathy in the archives. **Archivaria**, n. 81, 2016, p. 23.

CHARLES, Douglas M. From subversion to obscenity: the FBI's investigations of the early homophile movement in the United States, 1953–1958. **Journal of the History of Sexuality**, v. 19, n. 2, p. 262–287, 2010.

CIFOR, Marika. Affecting archives: introducing affect studies to archival discourse. **Archival Science**, v. 16, n. 1, p. 7–31, 2016.

CIFOR, Marika; LEE, Jamie A. Towards an archival critique: opening possibilities for addressing neoliberalism in the archival field. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, 2017.

COLLINS, Lisa Gail; CRAWFORD, Margo Natalie (org.). **New thoughts on the Black Arts Movement**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2006.

COOK, Terry. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. **Archivaria**, n. 51, p. 14–35, 2001.

COOK, Terry. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950–2000. **Archival Science**, v. 5, p. 101–161, 2005.

COOK, Terry. Mind over matter: towards a new theory of archival appraisal. In: CRAIG, Barbara L. (ed.). **The archival imagination: essays in honour of Hugh Taylor**. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992. p. 43-64.

CRAWFORD, Miriam. Women in archives: a program for action. **The American Archivist**, v. 36, n. 2, p. 223–232, 1973.

CVETKOVICH, Ann. **An archive of feeling: trauma, sexuality, and lesbian public cultures**. Durham: Duke University Press, 2003.

CVETKOVICH, Ann. The queer art of the counter archive. In: ONE NATIONAL GAY AND LESBIAN ARCHIVES (org.). **Cruising the archive: queer art and culture in Los Angeles, 1945–1980**. Los Angeles: ONE National Gay and Lesbian Archives, 2011.

DAVIS, Kathy. **The making of Our Bodies, Ourselves: how feminism travels across borders**. Durham: Duke University Press, 2007.

DERRIDA, Jacques. **Archive fever: a Freudian impression**. (Religion and Postmodernism) Chicago: University of Chicago Press, 1996.

DEUTRICH, Mabel. Women in archives: Ms. versus Mr. Archivist. **The American Archivist**, v. 36, n. 2, p. 171–181, 1973.

DEVER, Maryanne. Archiving feminism: papers, politics, posterity. **Archivaria**, n. 77, p. 25–42, 2014.

DUBRIWNY, Tasha N. Consciousness-raising as collective rhetoric: the articulation of experience in the Redstocking Abortion Speak-Out of 1969. **Quarterly Journal of Speech**, v. 91, n. 4, p. 395-422, nov. 2005.

DUFF, Wendy M.; FLINN, Andrew; SUURTAMM, Karen Emily; WALLACE, David A. Social justice impact of archives: a preliminary investigation. **Archival Science**, v. 13, n. 4, p. 317-348, 2013.

EICHHORN, Kate. Beyond digitisation: a case study of three contemporary feminist collections. **Archives and Manuscripts**, v. 42, n. 3, p. 227-237, 14 oct. 2014.

EICHHORN, Kate. DIY Collectors, Archiving Scholars, and Activist Librarians: Legitimizing Feminist Knowledge and Cultural Production Since 1990. **Women's Studies**, v. 39, n. 6, p. 622-646, sept. 2010.

EICHHORN, Kate. **The archival turn in feminism**: outtakes. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

EICHHORN, Kate. **The archival turn in feminism**: outrage in order. Philadelphia: Temple University Press, 2014.

ELAM, Diane. **Feminism and deconstruction**: Ms. en abyme. New York: Routledge, 2006.

FERNALD, Anne E. Women's fiction, new modernist studies, and feminism. **Modern Fiction Studies**, West Lafayette, v. 59, n. 2, p. 229-240, summer 2013.

FOUCAULT, Michel. **The archaeology of knowledge**. New York: Pantheon Books, 1972.

FREIVOGEL, Elsie. Women in archives: the status of women in the academic professions. **The American Archivist**, v. 36, n. 2, p. 183–201, 1973.

GLENN, Cheryl. Truth, lies, and method: revisiting feminist historiography. **College English**, v. 62, n. 3, p. 387–389, 2000.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, and women**: the reinvention of nature. New York: Routledge, 1991.

HARVEY, David. Neoliberalism and Creative Destruction. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 610, p. 22 – 44. march 2007.

HENDERSON, Margaret. Archiving the feminist self: reflections on the personal papers of Merle Thornton. **Archives and Manuscripts**, v. 41, n. 2, p. 91-104, 14 jun. 2013.

HILDENBRAND, Suzanne. Introduction. *In*: HILDENBRAND, Suzanne (ed.). **Women's collections**: libraries, archives and consciousness. New York: The Haworth Press, 1986.

JOHNSON, Troy R. **The occupation of Alcatraz Island**: Indian self-determination and the rise of Indian activism. Chicago: University of Illinois Press, 1996.

JOSEPH, Miranda. **Against the romance of community**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2002.

JUHASZ, Alexandra. Video remains: nostalgia, technology, and queer archive activism. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 12, n. 2, p. 319–328, 2006.

KEENAN, Elizabeth K.; DARMS, Lisa. Safe space: the Riot Grrrl Collection. **Archivaria**, n. 76, p. 55-74, nov. 2013,

KOLSKY, Elizabeth. **Colonial justice in British India**: White violence and the rule of law. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

KUMBIER, Alana. **Ephemeral material**: queering the archive. Sacramento: Litwin Books, 2014.

LUNA, Guadalupe T. La Causa Chicana and communicative praxis. **Denver University Law Review**, v. 78, issue 4, p. 553-573, jan. 2001.

MANOFF, Marlene. Theories of the archive from across the disciplines. **Portal: Libraries and the Academy**, v. 4, n. 1, p. 9–25, 2004.

MAYER, Dale. The new social history: implications for archivists. **The American Archivist**, v. 48, n. 4, p. 388–399, fall 1985.

MILLER, Fredric. Use, appraisal and research: a case study of social history. **The American Archivist**, v. 49, n. 3, p. 371–392, fall 1986.

MOSELEY, Eva. Sources for the “new women's history”. **The American Archivist**, v. 43, n. 2, p. 180–190, fall 1980.

MOSELEY, Eva. Women in archives: documenting the history of women in America. **The American Archivist**, v. 36, n. 2, p. 215–222, 1973.

ORTIZ, Isidro *et al.* (org.). **Chicano studies**: a multidisciplinary approach. New York: Teachers College Press, 1984.

PEARCE-MOSES, Richard. Archive. *In*: PEARCE-MOSES, Richard. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005.

POOVEY, Mary. Feminism and deconstruction. **Feminist Studies**, v. 14, n. 1, p. 51–65, 1988.

ROJAS, Fabio. **From Black Power to Black Studies**: how a radical social movement became an academic discipline. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.

SCHWARTZ, Joan M. Coming to terms with photographs: descriptive standards, linguistic ‘othering,’ and the margins of archivry. **Archivaria**, n. 54, p. 142–171, fall 2002,

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: from (postmodern) theory to (archival) performance. **Archival Science**, v. 2, n.3, p. 171-185, 2002b.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, p. 1–19, 2002a.

STOLER, Ann Laura. Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense. Princeton: Princeton University Press, 2009.

STOLER, Ann Laura. **Along the archival grain**: epistemic anxieties and colonial commonsense. Princeton: Princeton University Press, 2010.

STOLER, Ann Laura. Colonial archives and arts of governance. **Archival Science**, v. 2, p. 87–109, 2002.

STOLER, Ann Laura. **Race and the education of desire**: Foucault’s History of Sexuality and the colonial reordering of things. Durham: Duke University Press, 1995.

STREITMATTER, Rodger. Creating a venue for the “love that dare not speak its name”: origins of the gay and lesbian press.

Journalism and Mass Communication Quarterly, v. 72, n. 2, p. 436–447, 1995.

WOOD, Stacy *et al.* Mobilizing records: re-framing archival description to support human rights. **Archival Science**, v. 14, n. 3-4, p. 397- 419, aug. 2014.

ZANGRANDO, Joanna. Women in archives: an historian's view on the liberation of Clio. **The American Archivist**, v. 36, n. 2, p. 203–212, 1973.

ZINN, Howard. Secrecy, Archives, and the Public Interest. **The Midwestern Archivist**, v. 2, n. 2, p. 14-26, 1977.